

ARTIGO

A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MARANHÃO, DE 1988 A 2009: uma análise preliminar*

BUDGET EXECUTION OF MARANHÃO, FROM 1988 TO 2009: a preliminary analysis

EJECUCIÓN PRESUPUESTARIA EN MARANHÃO, DESDE 1988 HASTA 2009:
un análisis preliminar

José Menezes Gomes

Jessé Sales Rêgo

Resumo: Análise preliminar da pesquisa execução orçamentária do Maranhão de 1988 a 2009, nas despesas de educação e cultura e saúde e saneamento, relacionados com as despesas com juros e amortização da dívida pública do maranhão. Nesta direção, investiga-se também a evolução da receita total do Estado em relação às receitas vindas da arrecadação de impostos e das derivadas das transferências da União. Devido ao grande comprometimento das receitas com o pagamento de juros investigou-se também o processo de endividamento externo a partir de 1972. O texto se encerra com uma sintética reflexão bibliográfica sobre a relação entre a crise capitalista, a expansão do capital inativo nos países centrais e suas consequências no endividamento e os rumos das políticas públicas deste Estado.

Palavras-chave: Orçamento. Execução orçamentária. Dívida pública.

Abstract: Analysis of the data collected during the research on the budget execution of the State of Maranhão from 1988 to 2009 comparing the expenses for education, culture, health and sanitation with the expenses for interests and public debt amortization. Moreover, it surveys the evolution of the total state revenue in relation to the income generated by the exaction of taxes and the transferes from the Federation. Due to the strong relations between revenue and the payment of interests, the evolution of external indebtedness since 1972 was also examined. The article provides a synthetic literature review on the relations among capitalistic crisis, inactive capital expansion in developed countries and their consequences on indebtedness and the direction of public policies in that State.

Keywords: Budget. Budget execution. Public debt.

Resumen: Análisis preliminar de los datos recogidos durante la investigación sobre la ejecución presupuestaria en Maranhão desde 1988 hasta 2009; comparando los gastos para educación y cultura y salud y saneamiento, con los gastos para pagar los intereses y la amortización de la deuda pública de Maranhão. En la misma dirección, se investiga también la evolución del ingreso total del estado, en relación con los que derivan de la recaudación de impuestos y de las trasferencias que llegan de la Federación. Por las influencias del pago de intereses sobre los ingresos, se consideró tambien el proceso de endeudamiento exterior a partir de 1972. El texto termina con una síntesis analítica bibliografica sobre la relación entre crisis del capital, expansión del capital inactivo en los países centrales y sus consecuencias sobre el endeudamiento y los rumbos de las políticas públicas de este estado.

Palabras clave: Presupuesto. Ejecución presupuestaria. Deuda Publica.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa foi a necessidade de encontrar, sistematizar e colocar a disposição de pesquisadores e movimentos sociais dados fundamentais sobre o orçamento e a execução orçamentária, para o entendimento dos rumos da interven-

ção do Estado do Maranhão, desde de 1988, quando é introduzida a nova constituição brasileira. Sua motivação inicial se devia às dificuldades que se tinha, nesse Estado, de acesso à Lei Orçamentária, mesmo que isso fosse um direito constitucional. O que

*Trabalho premiado durante o XXII Encontro do SEMIC realizado na UFMA entre os dias 25 a 27 de outubro de 2010.
Artigo recebido em fevereiro 2011
Aprovado em março 2011

pretendíamos, inicialmente, era comparar o orçamento de cada ano com a execução do orçamento para identificarmos a real eficácia do orçamento público como instrumento de Planejamento.

Em seguida, fizemos uma análise da evolução das despesas com Educação e Cultura, e Saúde e Saneamento, com destaque para a evolução dos gastos com o pagamento de juros e amortização da dívida pública do Maranhão. Todavia, para contribuir com o Banco de dados do observatório de políticas públicas e lutas sociais colocaríamos à disposição os dados dos principais elementos de despesas e receitas devidamente corrigidos pela inflação do período, bem como convertidos para a moeda atual. Parte dessa pesquisa não faria sentido em outros Estados e até mesmo em outros países já que o acesso a dados governamentais não é mais fato relevante. Entretanto, no Maranhão esta iniciativa torna-se de fundamental importância.

Depois das dificuldades na obtenção dos dados primários, o objetivo geral foi reduzido para analisar, apenas, a execução orçamentária para as políticas públicas de Educação e de Saúde no estado do Maranhão, a partir de 1988. Os objetivos específicos eram: acompanhar a evolução das receitas e das despesas públicas estaduais; levantar e analisar a previsão dos gastos orçamentários com a execução de políticas públicas destinadas à Educação e cultura no Maranhão; levantar e analisar a evolução dos gastos com a execução de políticas públicas destinadas à Saúde e saneamento no Maranhão; investigar a evolução dos gastos com pagamento de juros e amortização da dívida pública do Maranhão.

Mesmo essa pesquisa sendo iniciada em 2008, somente no mês de novembro de 2010 foi possível obter o resumo da Lei orçamentária anual desde 1988. Com isso, o final da pesquisa terá o retorno ao seu início. Ou seja, faremos uma comparação entre o orçamento anual e sua respectiva execução orçamentária. Para tanto, foi necessário solicitar à Deputada Helena Heluy um requerimento que, após aprovado no plenário, tivemos quase um ano para entrega.

A disponibilidade de dados primários é de fundamental importância para o estudo sobre papel do Estado e suas consequências sociais. Sem esses dados acessíveis e confiáveis a tarefa de planejamento fica

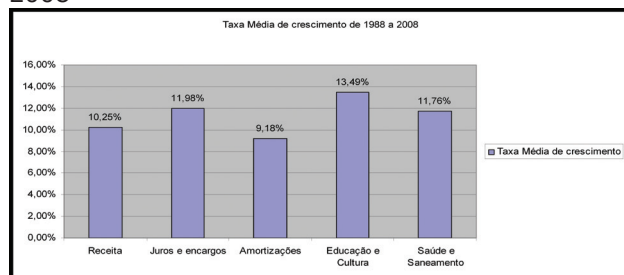
comprometida, além de restringir a possibilidade intervenção de pesquisadores e movimentos sociais. Os governos, geralmente, são os principais geradores de dados primários. Há governos que negam ou dificultam o acesso. Esse é o caso do governo do Maranhão, desde 1988 até mais recentemente, quando foi implantado mecanismo de consulta a dados mais recentes. Certamente, os governos que não facilitam esse acesso aos dados temem pela possibilidade de avaliação de suas políticas por parte da maioria da população.

A análise dos dados oficiais acompanhar-se-á da produção de textos, por pesquisadores e estudantes, para socialização dos resultados obtidos. O material levantado integrará um banco de dados aberto aos interessados no âmbito do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Os canais de socialização do conhecimento produzido incluem a mídia eletrônica, através da página do referido Observatório, na internet, os seminários a serem promovidos pela equipe de pesquisa, os eventos externos acadêmicos e não acadêmicos, e os textos impressos a serem elaborados, incluindo-se o Relatório Final da Pesquisa.

2 ANÁLISE DE DADOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MARANHÃO

A presente pesquisa tem como horizonte temporal o período de 1988 a 2009. Todavia, devido às dificuldades de obtenção dos dados e à diversidade de formatos dessas informações, tivemos na etapa inicial, a análise apenas do período de 2000 a 2008. Na etapa seguinte investigamos o período de 1994 a 2008 e na etapa atual investigamos o período de 1988 a 2009. No período compreendido entre 1988 e 2008 as receitas totais tiveram uma taxa de crescimento de aproximadamente 10,3% a.a. No mesmo período, as despesas com juros e encargos, amortizações, serviço financeiro, educação e cultura e saúde e saneamento tiveram taxas de crescimento de 11,98%, 9,18%, 10,59%, 13,49% e 11,76%, respectivamente. Em relação aos mesmos dados estes tiveram participação na receita total, no mesmo período, de 5,77%, 4,32%, 10,1%, 15,62% e 13,79% (em média), respectivamente. Veja no gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa média de crescimento de 1988 a 2008

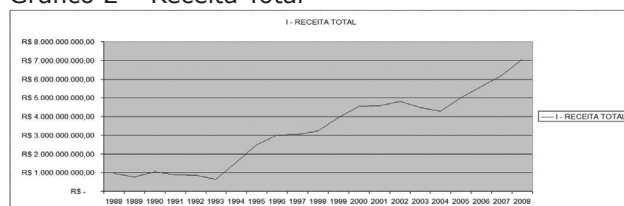


Elaboração: Observatório de Políticas Públicas – UFMA - Fonte: SISTN

Vale observar que entre 1988 e 1997 ocorreu uma elevação dos gastos com juros e encargos e diminuição dos gastos com amortizações o que reflete a rolagem da dívida, já em relação a gastos com as despesas sociais entre 1988 e 1994, os gastos com educação sobem. Todavia, nos períodos seguintes, entram em tendência de queda, só retomando o crescimento a partir de 2001, entrando novamente em queda, no período que segue o ano de 2004. Já os gastos com saúde, de 1988 a 2000, seguem em queda só retomando o crescimento a partir de 2001, mas seguindo uma tendência irregular.

Depois de elaboradas as planilhas, com os dados relacionados ao período de 1988 a 2008 constatamos inicialmente um declínio brutal dos gastos com saúde e saneamento, de 2,88%, em 1997, para 1,05%, em 2000. Houve um crescimento depois de 2001 quando chegou a 8,09%. Em 2002 atingiu 12,81%. Já em 2003 baixou para 10,70%. Depois de uma nova queda, em 2004, com 6,44%, voltou a crescer a 10,96% em 2006, mantendo-se próximo em 2007 com 10% e 13,79%, em 2008. Destaca-se que em 1998 esse item correspondia a 10,20% da receita total, chegando a 13,24% em 1989. No gráfico 2, podemos observar a evolução da receita total.

Gráfico 2 – Receita Total



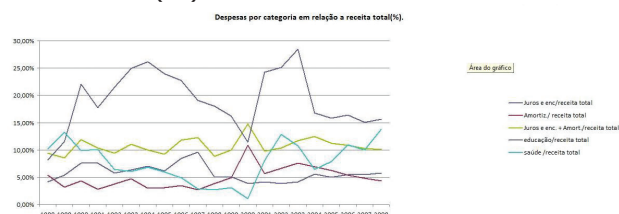
Elaboração: Observatório de Políticas Públicas – UFMA Fonte: SISTN

Nas verbas relacionadas com educação e cultura constatamos que, nesse período estudado, estiveram próximas dos 25% somente

em 1990, com 22%, em 1992, com 21,43%, em 1993 com 24,89%, em 1994 com 26,13%, 1995 com 23,93%, em 1996 22,67%, em 2001 com 24,22%, em 2002 com 25,11%. Depois de ter chegado a 28,46% em 2003 teve queda brusca em 2004 para 16,80% permanecendo em torno de 15% até 2008. Em vários momentos o volume de recursos se elevou apenas no ano que antecedia a eleição.

No ano de 2000, logo após a federalização da dívida pública do Maranhão tivemos uma relação mais acentuada entre os cortes com saúde e saneamento e o aumento dos gastos com pagamento de juros e amortização da dívida pública. Nesse momento, esses recursos chegaram a apenas 1,05% da receita total, o menor índice do período estudado. Da mesma forma os recursos de educação e cultura chegaram a 11,38%, segundo mais baixo do período em estudo. Enquanto isso, os recursos destinados ao pagamento dos juros e amortizações chegaram a 14,73%, volume mais elevado do período estudado. Os recursos destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida pública quase sempre estiveram próximos de 11% da receita total. Somente ultrapassou essa marca em 1990, com 11,86%, em 1997 com 12,28%, em 2000 com 14,73%, em 2003 com 11,66% e 2004 com 12,49%. No gráfico 3, podemos observar as despesas por categoria em relação a receita total (%).

Gráfico 3 – Despesas por categoria em relação à receita total (%)



Elaboração: Observatório de Políticas Públicas – UFMA Fonte: SISTN

Ao analisarmos o período de 1988 a 1993 tivemos dificuldades adicionais tendo em vista que a Secretaria do Tesouro Nacional, a fonte inicial, não dispunha no mesmo formato desses dados. Sendo assim, tivemos que abandonar essa fonte devido ao trabalho e dificuldades técnicas de conversão do formato banco de dados para planilha eletrônica. Além disso, referente aos dados encontrados no "site" da Secretaria do Tesouro Nacional tivemos dificuldades devido a ausência de padronização da forma de apresentação de cada item de despesa e receita em todo o período. Tal fato

exigiu um grande esforço de sistematização para equalizar essas diferenças.

Após encontrarmos outra fonte no IPEA DATA, constatamos outras dificuldades. A primeira foi a conversão pela moeda do período pós-1988. Encontramos variações nos números apresentados que requerem uma comparação com os dados oferecidos pelo Governo Estadual, tanto do orçamento quanto da execução orçamentária. A segunda foi localizar o deslocamento de despesas para itens não identificados. Tal fato impedia o entendimento de que as receitas subiram numa proporção que não eram absorvidas pelo crescimento dos gastos com juros e amortizações.

Após constatararmos um comprometimento elevado da receita do Estado com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, procuramos investigar a origem desse endividamento. Usamos como referência o levantamento feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da dívida pública de todos os empréstimos autorizados pelo Senado.

O primeiro empréstimo externo contraído pelo Estado do Maranhão, segundo consta nas Resoluções do Senado Federal, que autorizavam empréstimos externos, ocorreu em 1972, no governo Pedro Neiva de Santana, no valor de US\$ 10 milhões, com a finalidade de complementação do programa rodoviário. Esse primeiro empréstimo ocorreu um ano após o fim do Acordo de Bretton Woods e a explicitação da crise do dólar e a respectiva expansão do Euromercado de moedas. Em 1979, no governo João Castelo Ribeiro Gonçalves, tivemos o segundo empréstimo no valor US\$ 40 milhões (sem informação sobre o prestador, sem a taxa de juros e sem prazo de amortização) destinados segundo essa fonte a projetos prioritários do Estado. Em 1980, tivemos o terceiro empréstimo no valor US\$ 30 milhões destinados à produção agropecuária.

Nesse mesmo ano ocorreu o quarto empréstimo com mais US\$ 20 milhões para a mesma destinação. Com isso, nesse ano, tivemos um total de US\$ 50 milhões. Em 1981, ocorreu o quinto empréstimo no valor de US\$ 30 milhões destinados a finalidade rodoviária. Em 1983, ocorreu o sexto empréstimo de US\$ 15 milhões para programa de investimentos (na planilha não há descrição do tipo de investimento). Em 1984, temos o sétimo empréstimo que atinge os US\$ 50 milhões, para o Plano de metas. Nesse mesmo ano aprova-se o oitavo empréstimo no valor de US\$ 110 milhões para o Programa de investimentos (não há des-

crição dos investimentos). Em 1985, surge o nono empréstimo no valor US\$ 55 milhões para Programa rodoviário do Estado (segunda destinação para esse item).

Em 1986, no governo Luiz Alves Coelho Rocha, 14 anos após o início do processo de endividamento externo recente¹ do Maranhão e de já ter acumulado US\$ 447,8 milhões ou quase meio bilhão de dólares de dívida externa, temos uma mudança de finalidade dos empréstimos. Nesse ano, temos o décimo empréstimo de US\$ 47 milhões, seguido do décimo primeiro empréstimo de US\$ 40,8 milhões, totalizando US\$ 87,8 milhões no mesmo ano. Agora os empréstimos destinam-se ao refinanciamento dessa dívida externa. Em apenas 7 anos, a dívida atingiu os US\$ 437,8 milhões, em grande parte fruto da brutal elevação da taxa de juros implementada pelos EUA, visando retomar a competitividade dos títulos da dívida pública daquele país, quando chegou a 21% a.a. Como esses empréstimos foram contraídos com taxa de juros flutuantes praticadas no Euromercado de moedas, a elevação da taxa básica nos EUA elevou também a taxa LIBOR em Londres. Em outras palavras, o Estado do Maranhão sofreu, também, grande impacto da política de combate à inflação e estabilização do dólar, nos EUA, e sua política de juros altos e de endividamento interno. A grande potência imperialista, ao buscar estabilizar sua economia, provocou sequelas graves no Estado mais subdesenvolvido da federação.

A partir de 1994 temos uma mudança na fonte de financiamento. Se antes tínhamos prestadores privados mediante garantias do Banco Central, agora passamos a ter empréstimos vindos do Banco Mundial (BIRD) ou de entidade multilateral. É bom lembrar que nas tomadas de empréstimos do Maranhão com os agentes privados não estavam definidas as taxas de juros, os prazos de amortização e os nomes dos agentes prestadores. O empréstimo de 1994 foi o décimo segundo, no valor US\$ 79 milhões, com juros 0,5% acima do custo, com prazo de 10 anos para amortização destinados a Projetos de reabilitação e conservação de rodovias. Em 1998, o Maranhão tomou o décimo terceiro empréstimo no valor de US\$ 80 milhões, novamente do BIRD, com taxa de 0,5% acima do custo, com prazo de amortização de 15 anos, destinado ao combate a pobreza rural.

No final dos anos 90 encerra-se o processo de endividamento via cada Estado, passando

à União a exclusividade nessa forma de captação. De 1972 a 1988, o Maranhão tomou emprestado US\$ 756,8 milhões (valores não atualizados pela inflação dos EUA). Durante a maior parte desse processo, os empréstimos foram feitos com taxas de juros flutuantes, tendo em vista que a fonte desses empréstimos era o Euromercado de moedas. Tal fato teve grande impacto sobre as contas públicas desse Estado, acelerando o caráter financeiro dessa dívida. A partir de 1986, o volume de recursos vindos para o refinanciamento dessa dívida chegou a US\$ 87,8 milhões.

Além da falta de transparência na tomada de empréstimos e na alocação desses recursos constatamos que as destinações descritas revelam que esses empréstimos foram feitos para dar sustentação aos grandes projetos, deixando de lado os investimentos sociais. Curiosamente, o último grande empréstimo feito pelo Estado teve com destinação o combate à pobreza rural. Isso indica que as políticas aqui implementadas impulsionaram o empobrecimento da população rural e urbana, assegurando o enriquecimento privado nesse Estado, enquanto explodiu o endividamento público.

A regulamentação do endividamento dos estados, a partir da Constituição de 1988, é de competência do Senado, cujas atribuições incluem o estabelecimento de limites e a permissão para novas operações. O Banco Central concedia habilitação às unidades federativas para entrar no mercado mobiliário, assim como autorizava a emissão de novos títulos.

Segundo Lopreato (2000, p. 9), o endividamento dos Estados Brasileiros foi decorrente da liberdade dos governadores usarem a articulação financeira entre o tesouro, os bancos estaduais e as empresas na obtenção de recursos, onde os bancos estaduais concentraram elevada parcela dos empréstimos nos próprios estados², como compensação da redução do crédito dos agentes federais.

Em 1997, via Lei nº 9496/1997, o governo federal assumiu as dívidas estaduais e financiou seus pagamentos por 30 anos. Essas medidas fiscais aplicadas pelo governo em novembro de 1997 aparecem como resposta à crise Asiática. Dessa forma, parte da dívida pública externa do Estado, que fora contraída no sistema monetário internacional privado, chamado de Euromercado de Moedas, com taxa de juros flutuantes se converte a taxa pré-fixadas. Os pagamentos foram definidos por meio do comprometimento da receita líquida real (LRL)

até o patamar máximo de 15% (cada Estado comprometeu-se em até um montante). O Maranhão teve um limite estabelecido de 13%. As taxas de juros, pré-fixadas, foram fixadas entre 6% e 7,5% somada a correção monetária tendo como referência o indicador IGP-DI. Esse comprometimento de até 15% da Receita Líquida Real exigiu um esforço fiscal gigantesco que determinava mais cortes nas despesas ditas sociais.

O ajuste conduzido em seguida pela União foi elaborado de forma a não permitir que os estados novamente incorressem em déficits, que fatalmente seriam transferidos à União. A negociação das dívidas esteve condicionada ao ajuste fiscal e patrimonial dos estados que visava reduzir a máquina governamental, com demissões voluntárias, privatizações, concessão de serviços públicos ao setor privado.

Segundo o Jornal Pequeno, de 31 de outubro de 2004, para a venda do BEM, o governo Roseana Sarney contraiu, em 13 de novembro de 1999, um empréstimo junto ao Governo Federal, de R\$ 333 milhões, para sanear o banco estadual, comprometendo-se a pagar em 30 anos, com juros de 6% ao ano e mais a atualização monetária. Como garantia, o Governo Roseana ofereceu o Fundo de Participação Estadual e o Produto da Arrecadação do Imposto sobre produtos industrializados. O banco acabou sendo vendido para o Bradesco, em 10 de fevereiro de 2004, na primeira privatização do presidente Lula da Silva, pelo valor de R\$ 78 milhões. O empréstimo para sanear o BEM, de acordo com o governador José Reinaldo, respondia por 30% da capacidade de endividamento do Maranhão, em 2001.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O endividamento externo do Maranhão tem relação direta com o retorno da crise capitalista, logo após o fim dos "trinta gloriosos" e a crise fiscal e financeira do Estado, com a crise do padrão ouro-dólar e a expansão de um sistema monetário internacional privado sediado em Londres, que expressava a expansão de uma plethora mundial de capitais (GOMES, 2004). Tratava-se de um gigantesco volume de capital inativo à procura de tomadores governamentais ou com garantias governamentais. A formação dessa plethora se devia à crescente fuga de capital da atividade produtiva motivada por queda da taxa média de lucro, especialmente vinda dos EUA. O processo de expansão do Euro-

mercado de moedas pela América Latina foi bastante favorecido pela existência de governos militares por quase todo o continente, que buscavam se legitimar ao tentar imprimir um perfil desenvolvimentista.

Esse processo de endividamento externo, depois convertido em dívida pública federal a partir de 1997³, colocou o Estado Maranhão na rota da mundialização das finanças tendo os banqueiros e fundos de Pensão, nacionais e internacionais, os grandes beneficiários da transferência de recursos vindos da produção diretamente para a esfera financeira. Outra consequência desse processo foi a amplificação da crise fiscal e financeira do Estado do Maranhão com o comprometimento de crescente parcela da receita que acabou por dificultar até mesmo a capacidade de financiamento desse Estado.

O endividamento externo dos Estados e municípios estreitou os laços políticos entre as oligarquias regionais, apoiadoras do regime militar com a oligarquia financeira internacional sediada em Londres. Da mesma forma, preparou as bases para os grandes projetos, especialmente para os grandes grupos estrangeiros, também impulsionou uma verdadeira entrega de terras públicas para grandes grupos nacionais e estrangeiros a partir de incentivos fiscais, que acabaram por expulsar um volume crescente de trabalhadores rurais.

A conclusão dessa pesquisa terá grande significado para pesquisadores e movimentos sociais no Maranhão, já que sua disponibilização, no banco de dados do Observatório de Políticas Públicas, criará facilidades para novos estudos e o entendimento dos conflitos de classes existentes dentro do Estado e das políticas públicas. Esses dados estarão disponíveis no endereço www.observatorio.ufma.br. Ao mesmo tempo em que o Estado se afastou dos chamados gastos sociais tivemos a transformação dos serviços públicos em objeto de valorização do capital com a sua progressiva mercantilização. Esse processo teve grande contribuição no agravamento do já dramático quadro social do Estado do Maranhão, que apresenta o pior IDH do país.

A transparência na elaboração e na execução do orçamento é importante pois pode assegurar condições para os setores oprimidos tomarem conhecimento do caráter de classe das ações deste Estado. É através da execução orçamentária que poderíamos saber o que foi cumprido e quanto deixou de ser destinado às demandas sociais. Todavia, não basta estar

disponível tem ser confiável. Com a expansão das tecnologias da comunicação e da informação, o acesso pode ficar facilitado.

Torna-se de fundamental importância a luta por uma auditoria da dívida externa e interna do Maranhão, tendo em vista que nessa primeira análise do relatório do Senado Federal não foi possível encontrar as taxas contratadas, os prazos de amortização e especialmente quais os emprestadores, e quais as reais destinações. Conhecer a natureza desse endividamento externo poderá explicar parte do endividamento público atual, incluindo outras modalidades de endividamento e sua relação com o processo de privatização aplicado pelo Governo Roseana Sarney e suas ligações com os problemas sociais neste Estado. Da mesma forma é fundamental a auditoria da dívida externa brasileira

NOTAS

1. Não iremos analisar neste momento o endividamento externo que ocorreu anterior a 1972.
2. Em 1975, o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº 346, permitindo aos bancos estaduais realizarem empréstimos aos seus Estados controladores, desde que as operações fossem acompanhadas pelo Banco Central.
3. O Estado do Maranhão renegociou sua dívida em 22.01.98 com 30 anos para o pagamento, e com o um comprometimento da receita de 13%. Os encargos anuais eram de IGP-DI + 6,0%.

REFERÊNCIA

- ARRETCHE, M. T. da S. *Avaliação de políticas públicas é objeto de pesquisa*. Disponível em: < www.comciencia.br/entrevistas/arretche.htm > . Acesso em: 29 abr. 2004.
- BONNET, Alberto R. El fetichismo del capital - dinero un comentário sobre el debate Chesnais-Husson. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 49-79, jun. 2002.
- BUVINICH, M. R.; GAETANI, F.; GONÇALVES, M. B. R. O. (Coord.). *Orçamento público: entendendo tudo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Unicef, [200-].
- CAMPOS, Lauro. *A crise completa: a economia política do não*. São Paulo: Boitempo 2001.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In:

- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, M. C. *A instituição do orçamento público e a democracia local*. Disponível em: <www.observatoriodasmetroplites.ufrj.br/download/dissertacao_artigo_marcelo_05.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2008.
- FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 183-210.
- GIACOMINI, J. *Orçamento público*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, José Meneses. *Acumulação de capital e plano de estabilização: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 61-85.
- LOPREATO, Francisco Luiz. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 94, mar. 2000.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1987. 3 v.
- MATTICK, Paul. *Marx y Keynes: los limites de la economia mixta*. México: Ediciones Era, 1975.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- NAKATANI, Paulo. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. In: PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE DEUDA PÚBLICA, AUDITORIA POPULAR Y ALTERNATIVAS DE AHORRO E INVERSIÓN PARA LOS PUEBLOS DE AMÉRICA LATINA, 2006, Caracas. Disponível em <<http://www.oid-ido.org/IMG/pdf/Nakatani.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.
- PEREIRA, João Gabriel Miranda. *Sustentabilidade da dívida pública dos estados brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2008/Joao_Gabriel_Miranda_Alves_Pereira.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo – uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru; Salvador: Cetead, 2001.
- TRINDADE, José R Barreto. *Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para a análise das finanças do estado capitalista*, 2006. Tese (Doutorado) - Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Pará, Curitiba, 2006.